



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000459-61.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 4ª Vara Criminal do Juízo de Cariacica (Tribunal do Júri)

JUIZ TITULAR: Dr. Alexandre Pacheco Carreira

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE CARIACICA (TRIBUNAL DO JÚRI)

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Extraordinária levada a efeito na **4ª Vara Criminal do Juízo de Cariacica (Tribunal do Júri)**, no dia 13/12/2022, em cumprimento à Decisão/Ofício 1413174 proferida nos autos do Pedido de Providências nº 7008308-38.2022.8.08.0000.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De início, cumpre esclarecer que esta Corregedoria Geral da Justiça tem acompanhado, minuciosamente, a situação atravessada pela 4ª Vara Criminal do Juízo de Cariacica ao longo dos últimos anos, quer seja pela realização de Correição Virtual (vide processo SEI 7000798-42.2020.8.08.0000, cujo acompanhamento se estendeu até março de 2022), ou mesmo por meio das Inspeções Judiciais promovidas anualmente pelo Juiz de primeira Instância responsável.

Não obstante, por efeito do Ofício nº 16355/2022 enviado pelo Supremo Tribunal Federal a esta Corregedoria Geral de Justiça da lavra da Exma. Min. Cármen Lúcia, o qual requisitou esclarecimentos sobre o andamento da Ação Penal nº 0008761-29.2016.8.08.0012, em razão de suposto excesso de prazo para submissão dos acusados a julgamento pelo Plenário do Júri, determinei, uma vez prestadas as informações ora requisitadas, a realização de Correição Extraordinária na 4ª Vara Criminal de Cariacica para melhor apuração dessa e de outras questões.

Sendo assim, no dia 13 de dezembro de 2022, os Juízes Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, Dr. Leonardo Alvarenga da Fonseca e Dr. Marcelo Menezes Loureiro, compareceram à 4ª Vara Criminal do Juízo de Cariacica para a realização de Correição Extraordinária, nos termos legais e regimentais.

A sistemática adotada para fiscalização consistiu na inspeção de processos por amostragem e na realização de entrevistas com o Juiz titular, servidores e estagiários, de modo que se pudesse subsidiar uma fidedigna coleta de dados e assim aferir o nível de organização das atividades desenvolvidas e a eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados.

Com base nos relatórios analíticos gerenciais, nas informações prestadas pelos operadores e nas constatações aferidas *in loco*, apurou-se o seguinte:

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juizes em exercício

Juiz	Vínculo	Ato
Alexandre Pacheco Carreira	Titular	nº 789/04 – 14/12/2004
Eliana Ferrari Siviero	Adjunta	nº 234/20 – 02/03/2020

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

Servidores lotados

Servidor	Cargo	Origem	Função
Maria da Penha Oliveira Abaurre	Analista Judiciário - AJ - Direito	Efetiva da 4ª Vara Criminal de Cariacica	Chefe de Secretaria Ato nº 1964/12 – 21/06/12
Cristiano Fraga Nogueira	Analista Judiciário - AJ - Direito	Efetivo da 4ª Vara Criminal de Cariacica	–
Nivea Karla Coutinho Santos	Analista Judiciário - AJ - Direito	Efetiva da 1ª Vara Criminal de Cariacica	–
Lilia D'arc Schiavo Gomes	Assessora de Juiz	–	–
Erivelton Telino Silva de Oliveira	Assessor de Juiz Adjunto Itinerante	–	–

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

Servidores à disposição do Tribunal de Justiça

Servidor	Cargo	Ato de Nomeação	Último Licenciamento
João Mariano Filho	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	nº 684/98 – 17/02/98 - efetivo da unidade	Lotado no Gabinete do Des. Pedro Valls Feu Rosa Ato nº 2408/11 – 30/12/11
Larissa Tardin Cardoso	Analista Judiciário - AJ - Direito	nº 04/20 – 13/01/20 - efetiva da unidade	Lotada no Gabinete do Des. Annibal de Rezende Lima - Ato nº 188/06 – 26/01/06

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2021	462	38
Janeiro a dezembro de 2022	436	36

(Fonte: Painel de Gestão do TJES)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2021	3.167
2022	3.167

(Fonte: Painel de Gestão do TJES)

Acervo atual

	Dezembro 2022
Total	3.173
Suspensos ou sobrestado	213
Arquivados provisoriamente	0
Tramitação ajustada	2.960

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	323	322
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	1	1
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	18	19
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	76	68
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	383	388
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	217	162

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	1	1
Processos sem assunto	1	1

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)



Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	1.877	1.928

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	129	147

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	19	24

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos em carga fora de cartório ou em remessa externa	1.474	1.485

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	76	100

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial - 1ª fase: 12/12/2022 - 2ª fase: 09/01/2023)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2022 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
96,4%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2022 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2022: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
69,94%	Meta não cumprida



Meta 4 CNJ/2022 (Foco: Crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais)

Identificar e julgar até 31/12/2022: Na Justiça Estadual: 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Percentual obtido	Resultado
119,05%	Meta cumprida

Meta 8 CNJ/2022 (Foco: Feminicídio)

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
56%	Meta não cumprida

Meta 8 CNJ/2022 (Foco: Violência Doméstica e Familiar Contras as Mulheres)

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
32%	Meta não cumprida

7. ANÁLISE DA EQUIPE CORREICIONAL

A unidade teve seu trâmite sensivelmente prejudicado no ano de 2020 em decorrência da pandemia da Covid-19, visto que todos os processos do Juízo tramitam em papel. Durante o regime de Plantão Extraordinário compreendido entre 20 de março a 24 de agosto, quase a totalidade das atividades foram paralisadas, realizando-se apenas providências de urgência.

O acúmulo de processos foi agravado ainda mais nos últimos anos quando, por motivos de segurança, a Presidência deste eg. Tribunal designou o Juiz titular, Dr. Alexandre Pacheco Carreira, para atuar na 10ª Vara Criminal de Vitória, passando a designar vários magistrados em jurisdição estendida para atuarem na unidade por curtos períodos, penalizando o seu gerenciamento estratégico e consequentemente o desempenho da marcha processual.

Antes de elencar os achados correicionais e sugerir medidas que podem ser utilizadas para reduzir os gargalos identificados, é preciso dizer, mais uma vez, que a unidade tem sido acompanhada minuciosamente por esta Corregedoria nos últimos anos, de maneira que vários **atos de gestão** já foram e têm sido implementados pelo Juiz titular, que tratou de elaborar um plano específico para tanto no bojo do procedimento de Correição Virtual de 2020, cujas medidas deverão ser agregadas àquelas ainda passíveis de implementação.

7.1. REORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro funcional da unidade foi significativamente comprometido pela realocação de seus servidores efetivos, postos à disposição deste eg. Tribunal. Muito embora a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) publicada por determinação da Resolução CNJ nº 219/2016 preveja, como paradigma, a lotação de 5 servidores para a unidade, sua lotação real é de apenas 3 Analistas Judiciários que, apesar do grande volume de serviço, tem conseguido manter um bom ritmo de trabalho.

É verdade que o setor ainda conta com o auxílio de 5 estagiários de graduação e 1 estagiária de pós-graduação, todavia, embora a disponibilização de acadêmicos de direito reduza os impactos do déficit funcional enfrentado, há de se ter em mente que a força de trabalho assim colhida é limitada, rotativa e carece de constante supervisão.

No âmbito do gabinete, além do Juiz titular e sua assessora, a unidade conta com o auxílio da Juíza Adjunta, Dra. Eliana Ferrari Siviero, bem assim do assessor itinerante, Erivelton Telino Silva de Oliveira. Informações colhidas no curso dos trabalhos dão conta de que a Magistrada atua apenas na fase de pronúncia, realizando audiências de instrução e julgamento às segundas, terças e quartas-feiras, visto que tem recomendação médica para não presidir julgamentos em Plenário. Referida medida, aliás, tem causado a subutilização de seu assessor, cujo empenho está restrito à elaboração das respectivas minutas de pronúncia.

Assim, visando racionalizar a força de trabalho já severamente sobrecarregada em função do déficit de servidores, recomenda-se aos gestores que identifiquem as respectivas atribuições e competências dos componentes da secretaria e do gabinete, de modo a viabilizar uma divisão de trabalho mais equânime, de acordo com a complexidade da tarefa e a capacitação de cada servidor.

7.2. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E SESSÃO PLENÁRIA DO JÚRI

Buscando aferir o suposto motivo que ensejou o pedido de informações do c. Supremo Tribunal Federal a esta Corregedoria Geral da Justiça, ou seja, saber se existe ou não excesso de prazo para submissão dos acusados a julgamento pelo Tribunal do Júri, a equipe correicional procedeu a uma acurada análise da pauta de audiências e julgamentos em plenário da unidade.

Com relação as audiências de instrução, restou verificado que a pauta do Juízo encontra-se preenchida de maneira satisfatória, uma vez considerado que os processos de natureza do Júri, em especial os de homicídios, envolvem vários réus e inúmeras testemunhas. Todavia, é preciso ter em mente que um dos grandes problemas da morosidade nos processos do Tribunal do Júri está relacionado à extensa pauta de audiências de instrução (da primeira fase do procedimento), ocasião em que Acusação e Defesa buscam exaurir a prova, com a oitiva de todas as testemunhas que indicam.

Em função disso, deve-se ter como meta a realização de apenas uma audiência de instrução por processo com a oitiva de todas as testemunhas arroladas, o que além de reduzir o tempo de tramitação do feito, otimizará diversos atos processuais posteriores. Uma vez adotada a sistemática de audiência una, por exemplo, maiores as chances do Ministério Público e da Defesa realizarem alegações finais na forma oral, fato que além de vantajoso para as partes e para o processo, permitiria ao Juiz proferir a sentença no próprio ato, no mesmo dia ou no dia seguinte, otimizando seu trabalho ao não precisar escutar novamente todos os áudios/vídeos da audiência para rememorar o caso.

Fato é que para se alcançar referida meta, uma série de preparações deverão ser observadas, garantindo-se a correção de todas as intimações e das diversas diligências para localização das testemunhas. Com base no livro *"Gestão Processual no Tribunal do Júri"* elaborado por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sugere-se a adoção das seguintes medidas como forma de evitar adiamentos e concentrar atos na audiência de instrução:

"1. INQUÉRITOS ANTIGOS

O Ministério Público e a Defesa, ao elaborarem o seu rol de testemunhas a serem ouvidas na audiência de instrução, geralmente indicam os endereços constantes no inquérito para a sua intimação. Ocorre que, quando os inquéritos são mais antigos (por exemplo, fato ocorrido há dois anos ou mais da data da denúncia), é bastante comum que vítimas e testemunhas ouvidas à época do fato tenham mudado de domicílio. Assim, nesses casos, é imprescindível que, antes da primeira tentativa de intimação, seja determinado que o Ministério Público (e a Defesa, se requereu a oitiva de pessoas indicadas no

inquérito) atualizem os endereços das vítimas e testemunhas a serem ouvidas na audiência de instrução.

2. CRIAÇÃO DE CRONOGRAMA DE INTIMAÇÕES

Em diversas situações, na audiência de instrução, verifica-se que a testemunha mudou de endereço, sendo comum que uma das partes requeira a designação da audiência para ouvir tal testemunha, alegando que ela é importante e postulando prazo para apresentar novo endereço. Para se evitarem adiamentos em decorrência de tal motivo, além da providência indicada no item anterior, é importante criar medidas para que sejam realizadas diversas tentativas de intimação da testemunha antes da audiência. Uma das principais medidas é criar um cronograma de intimações, a fim de que, antes da audiência, haja uma rotina na Vara para análise periódica acerca do êxito na intimação das testemunhas, a ponto de permitir que sejam realizadas novas tentativas de intimação das que não foram localizadas.

3. PREPARAÇÃO DE PAUTA DE AUDIÊNCIAS ESPECÍFICA

Na audiência de instrução, há diversas decisões que precisam ser tomadas de forma rápida, ou seja, no próprio instante em que surge o incidente. Para tanto, é imprescindível que seja realizada prévia análise processual, bem como que diversas informações do processo possam ser encontradas facilmente pelo juiz e pelas partes durante a audiência. Por exemplo, durante a inquirição da vítima, testemunhas e réu, é comum surgir a necessidade de localizar rapidamente a folha de antecedentes penais do réu; o laudo de exame de corpo de delito; o laudo de exame de local; a folha do processo (autos físicos) ou o ID (autos eletrônicos) em que consta o depoimento de determinada testemunha; a petição de desistência de oitiva de determinada testemunha; a certidão de citação ou de intimação do réu, ou de intimação de testemunha etc. Por isso, a elaboração de uma pauta de audiência especificada é imprescindível para que as partes possam analisar mais rapidamente a situação (sem precisar pedir prazo para vista dos autos) e para que o juiz possa decidir de plano ou fazer alguma proposição para o bom andamento do processo.

4. INTIMAÇÃO POR TELEFONE (COMPLEMENTAR)

Importante medida que pode evitar o adiamento da audiência é o contato telefônico, de maneira complementar à tentativa de intimação formal, antes ou no próprio dia da audiência. Embora não sirva como intimação formal, várias testemunhas se esquecem da data ou estão atrasadas para a audiência. Nesses casos, o juiz pode determinar a suspensão da audiência, com a realização das seguintes, e depois retomar a audiência suspensa e, então, ouvir as testemunhas que chegarem. Quando as testemunhas são parentes ou conhecidas umas das outras, o juiz pode pedir o número de telefone da testemunha ausente e determinar que o secretário faça a ligação telefônica para ela, a fim de que compareça. No caso de a testemunha já ter sido intimada pessoalmente, o secretário deverá informar, ainda, que, se não comparecer ao ato imediatamente, será determinada a sua condução coercitiva.

5. CONDUÇÃO COERCITIVA

Sempre que possível, a condução coercitiva da testemunha que não compareceu deverá ser determinada para a mesma audiência, sem que ocorra redesignação. A fim de não atrasar as audiências seguintes, o juiz pode determinar a suspensão da referida audiência e dar continuidade às seguintes; após, sendo frutífera ou não a condução coercitiva, retomar a audiência suspensa para a oitiva da testemunha conduzida e/ou o interrogatório do réu. No caso de já ter sido determinada uma condução coercitiva, o juiz não está obrigado a mandar realizar a segunda condução coercitiva, nem mesmo quando é solicitado horário especial. Aliás, a segunda condução coercitiva, na prática, não se mostra algo produtivo."

No que concerne as sessões plenárias de julgamento pelo Júri, por sua vez, verificou-se que os processos já estão sendo pautados para os meses de abril (réu preso) e dezembro (réu solto) de 2023, havendo, por ora, 94 designações para este ano e cerca de 33 processos aguardando por inclusão em pauta, sendo 4 de réus presos e 29 de réus soltos.

Outro grande problema da morosidade nos processos do Tribunal do Júri está relacionado aos constantes adiamentos das sessões plenárias e ao tempo de duração de cada sessão. Para que se tenha ideia, segundo a Chefe de Secretaria, no ano de 2022 das cerca de 120 sessões plenárias designadas pelo Juízo, apenas 55 foram realizadas, ou seja, menos de 50%.



Desse modo, é possível constatar que, empiricamente, devem ser implementados mecanismos para garantir que a sessão plenária seja efetivamente realizada, respeitando-se as garantias processuais constitucionais das partes. Tal como sugerido no âmbito das audiências de instrução, é imprescindível a criação de cronograma de intimações também para as sessões plenárias. Isso porque *"para se evitarem adiamentos e garantir o máximo de efetividade (celeridade e qualidade) na produção da prova na sessão do Júri, é importante que se tente, exaustivamente, levar ao plenário todas as testemunhas arroladas pelas partes. (...) Além disso, com a intimação da vítima ou da testemunha, é possível a condução coercitiva na própria sessão de julgamento."*

Com essa medida, reduzem-se as alegações de que o Júri deveria ser adiado porque determinada testemunha não localizada é importante e poderia mudar o panorama probatório, o que, na prática, dificilmente acontece.

Para conhecimento e aplicação dessas e de outras medidas com o fim de reduzir os adiamentos das sessões plenárias do Júri, acelerar o processo e otimizar os julgamentos, recomenda-se aos Juízes e demais gestores da unidade a utilização do já mencionado livro *"Gestão Processual no Tribunal do Júri"* elaborado por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível em: [www.cnj.jus.br/Gestão_processual_no_Tribunal_do_Juri](http://www.cnj.jus.br/Gestao_processual_no_Tribunal_do_Juri).

Ainda na busca por uma maior efetividade na realização das sessões plenárias, é preciso fazer menção a atual condição da força de trabalho empenhada pela Defensoria Pública Estadual na unidade correicionada. Informações colhidas durante a visita dão conta de que os dois Defensores designados são casados e que a Defensora não realiza sessões plenárias em função de recomendação médica, o que tem restringido sobremaneira a disponibilidade das designações e retardado a pauta do Juízo. Ademais, o fato de ambos serem casados costuma ocasionar seguidas lacunas nos períodos de férias e folgas, vez que habitualmente os defensores se ausentam nas mesmas datas.

No particular, faz-se imprescindível que a Presidência desta eg. Corte de Justiça promova a interlocução institucional perante a Defensoria Geral no sentido de sensibilizar a disponibilização de profissionais que não possuam restrições em realizarem sessões plenárias para atuarem na 4ª Vara Criminal de Cariacica, mesmo porque trata-se de unidade judiciária a que é atribuída a competência criminal privativa do Tribunal do Júri.

7.3. PROCESSOS COM PRAZO DE REVISÃO DE PRISÃO PREVENTIVA VENCIDO

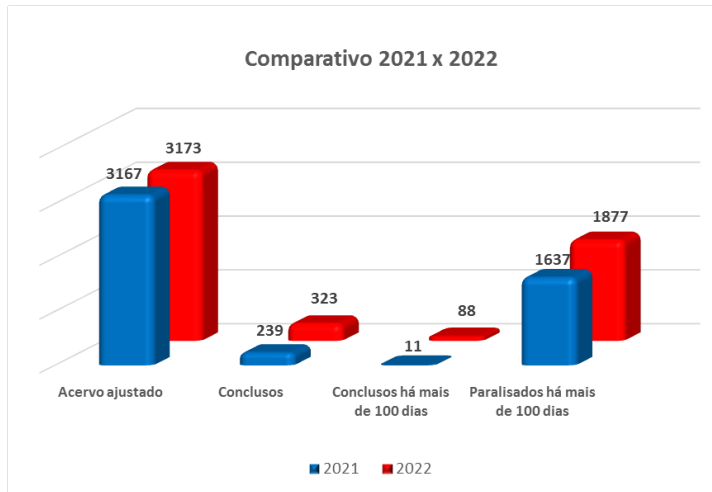
Uma das dificuldades ocasionadas pelo alto número de presos da unidade, é a necessidade de revisar a manutenção das prisões a cada 90 dias, tal como determina o parágrafo único, do artigo 316, do Código de Processo Penal. Ao ensejo da visita, foram identificados 451 presos provisórios com prazo de revisão da prisão vencido, senão vejamos:



No ponto, é preciso que o Juiz titular promova, em caráter de urgência, a reanálise de todos os processos cuja decretação da prisão ou o tempo de sua última revisão exceda os 90 dias previstos pelo artigo 316, do Código de Processo Penal, cuidando, doravante, de monitorá-los regularmente e promover sua revisão dentro do prazo legal, sob pena de tornar ilegal a prisão.

7.4. INQUÉRITOS POLICIAIS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Ao que se observa dos dados estatísticos, a unidade conta atualmente com uma enorme quantidade de processos paralisados há mais de 100 dias, constituídos sobretudo por inquéritos policiais em carga com a autoridade policial. Confira-se:



Imperiosa, no particular, a aplicação do art. 259-A do Código de Normas baixando-se, ainda que temporariamente, os expedientes, uma vez cumpridas as formalidades descritas na norma legal.

8. DETERMINAÇÕES

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Plano de trabalho	<u>Elaborar e executar</u> um plano de trabalho , a cargo do Juiz titular, visando à otimização do fluxo processual, que contemple a adoção das seguintes medidas: a) realização de audiência de instrução una na primeira fase do procedimento por meio da criação de cronograma de intimações e preparação de pautas específicas, de maneira a concentrar a produção de provas em um único ato, viabilizando, sempre que possível, a apresentação de alegações finais pelas partes na forma oral; b) criação de cronograma de intimações para as sessões plenárias do Júri, de modo que sejam realizadas diversas tentativas de localização e intimação das testemunhas, reduzindo-se as alegações de que o Júri deveria ser adiado face a sua não localização; c) criação de roteiros e checklists dos atos solenes da sessão plenária do Tribunal do Júri para juízes e servidores, elencando as diversas formalidades previstas pelo Código de Processo Penal, de modo a otimizar o tempo e a qualidade dos julgamentos e evitar que aconteça qualquer tipo de nulidade. Referido documento deverá ser elaborado com base no livro " <i>Gestão Processual no Tribunal do Júri</i> " elaborado por iniciativa do CNJ.

Processos aptos ao plenário do Júri	<u>Identificar e pautar</u> todos os processos aptos a julgamento perante o Tribunal Popular do Júri, especialmente os casos de réu preso, designando-os com a prioridade que lhe é peculiar.
Presos provisórios	<u>Promover</u> a reanálise da prisão provisória de todos os processos cuja decretação da prisão ou o tempo de sua última revisão exceda os 90 dias previstos pelo parágrafo único, do artigo 316, do Código de Processo Penal, cuidando, doravante, de monitorá-los regularmente e promover sua revisão dentro do prazo legal, sob pena de tornar ilegal a prisão.
Reorganização da força de trabalho	<u>Identificar</u> as respectivas atribuições e competências dos componentes da secretaria e gabinete, de modo a viabilizar a divisão de trabalho de acordo com a complexidade da tarefa e a capacitação de cada colaborador, especialmente em relação ao assessor itinerante Erivelton Telino Silva de Oliveira, subutilizado no empenho de minutas de pronúncia.
Processos conclusos há mais de 100 dias	<u>Adotar</u> as medidas necessárias visando ao impulsionamento e julgamento dos processos conclusos há mais de 100 dias, observando rigorosamente a ordem cronológica de conclusão dos feitos, nos termos do art. 12 e parágrafos do Código de Processo Civil.
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Regularizar</u> o andamento dos processos paralisados há mais de 100 dias, por meio da expedição de relatório semanal dos processos morosos, de forma que seja dado andamento diariamente em pelo menos 30 processos contidos na lista, ressaltando-se as demais diligências cartorárias.
Inquéritos policiais	<u>Identificar</u> os inquéritos policiais registrados no sistema e-JUD e paralisados há mais de 6 meses para que seja diligenciada sua cobrança e, em sendo o caso, baixa sistêmica, em cumprimento ao artigo 259-A do Código de Normas.
Metas nacionais CNJ	<u>Adotar</u> medidas concretas voltadas ao cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando, efetivamente, os processos nelas inseridos, notadamente os casos de Meta 8, promovendo a identificação visual da capa dos autos e providenciando local específico para o seu armazenamento, para que seja conferida efetiva priorização ao seu trâmite, sem prejuízo de outras prioridades legais, porquanto ditos processos tutelam interesse social e o lapso prescricional é facilmente atingido.
Prazo prescricional	<u>Priorizar</u> a resolução dos processos mais antigos, em vias de prescrição, identificando a capa dos cadernos processuais e o sistema informatizado com as informações necessárias para controle do prazo prescricional, nos moldes da Resolução CNJ



	nº 112/2010.
Diligências cartorárias	<u>Promover</u> a cobrança dos mandados que ainda estejam em posse dos Oficiais de Justiça com excesso de prazo, a cobrança dos processos em carga por tempo excessivo, o cumprimento das cartas precatórias recebidas como juízo deprecado e a cobrança das cartas precatórias expedidas como juízo deprecante, quando já decorrido o prazo legal para cumprimento.
Juntada de petições	<u>Regularizar</u> a juntada de todas as petições pendentes de juntada, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “ <i>juntada de petição de #{tipo de petição}</i> ” (código 85), quando da juntada física.

9. RECOMENDAÇÕES

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Metas Nacionais CNJ	<u>Monitorar</u> , semanalmente, através de ferramentas sistêmicas, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, em cumho a propiciar seu integral atendimento.
Cartas precatórias	<p><u>Buscar</u> promover o cumprimento das cartas precatórias recebidas como juízo deprecado no prazo máximo de 60 dias e realizar a cobrança das cartas precatórias expedidas como juízo deprecante, quando já decorrido o prazo legal para seu cumprimento, na forma do artigo 325 do Código de Normas.</p> <p><u>Consignar</u> expressamente o prazo para cumprimento nas cartas precatórias remetidas a outros juízos, conforme disposto no artigo 321 do Código de Normas, como forma de evitar a extrapolção do tempo razoável de cumprimento.</p> <p><u>Observar</u>, doravante, o Ato Normativo Conjunto nº 11/2022, que expandiu o serviço de compartilhamento das Centrais de Mandados para todas as comarcas do Estado do Espírito Santo, devendo tal sistemática ser adotada prioritariamente, limitando a expedição de cartas precatórias aos casos estritamente necessários, na forma do aludido regulamento.</p>
Mandados expedidos	<u>Manter</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados expedidos, procedendo a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, por meio da utilização da ferramenta de notificações disponibilizada na guia “gerenciador de mandados” do sistema e-JUD, nos termos do inciso XVI, do artigo 439 do Código de Normas.



Processos em carga	<u>Relacionar</u> , mensalmente, todos os processos em carga com advogados ou órgãos/entidades externas com prazo excedido e promova a intimação do responsável para proceder sua devolução, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Juntada de petições	<u>Observar</u> , doravante, rigorosamente o <i>prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas</i> na forma do artigo 234 do Código de Normas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem, por certo, muitas complexidades a influir na atual conjuntura da unidade. De um lado, o Juízo atravessou um longo período sem a força de trabalho de seu Juiz titular, contando com os esforços de vários magistrados designados em extensão por curtos períodos, medida que influenciou sobremaneira sua gestão estratégica e o desempenho da marcha processual.

Soma-se a isso o fato de que a unidade teve seu trâmite sensivelmente prejudicado no ano de 2020 em decorrência da pandemia da Covid-19, visto que todos os processos do Juízo tramitam em papel, tempo em que quase a totalidade das atividades foram paralisadas, realizando-se apenas providências de urgência.

Não obstante, apesar das dificuldades decorrentes do grande volume de processos de alta complexidade, a unidade tem conseguido prestar sua jurisdição de maneira adequada, carecendo de ajustes pontuais, sobretudo, no que se refere à adoção de medidas para otimização do processo e do julgamento, com a criação de rotinas, *checklists* e ferramentas que permitam o controle e o aprimoramento contínuos do fluxo processual.

Diante disso, foram traçadas determinações à unidade, a cargo do Juiz titular, para que elabore e execute um **plano de trabalho** visando à adoção de medidas para otimização do fluxo processual, devendo o Magistrado encaminhar o referido documento, no **prazo de 30 dias**, a esta Corregedoria Geral da Justiça.

11. CONCLUSÃO

Tão logo aprovado este relatório pelo E. Conselho da Magistratura, o setor competente desta Corregedoria deverá encaminhar cópia à Presidência do eg. Tribunal de Justiça, para que avalie a necessidade de promover interlocução institucional junto à Defensoria Geral do Estado, no sentido de disponibilizar defensores públicos desimpedidos, para atuarem durante as sessões plenárias de Júris, pelas razões mencionadas na parte final do item 7.2 deste relatório.

Encaminhe-se este relatório ao E. Conselho Superior da Magistratura deste Tribunal, para apreciação.

Dê-se ciência ao magistrado titular da unidade judiciária inspecionada.

Cumpra-se e diligencie-se.

Vitória/ES, 10 de janeiro de 2023.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em

Relatório de Correição Ordinária SECR-MONIT-JUD-EXTRAJUD 1440617

SEI 7001400-62.2022.8.08.0000 / pg. 12

Assinado eletronicamente por: MATHEUS BENICIO CEOTTO BRANDAO - 19/01/2023 18:30:34

Num. 2383147 - Pág. 12

<https://corregedoria.pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23011918303431200000002245920>

Número do documento: 23011918303431200000002245920





18/01/2023, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1440617**
e o código CRC **6C3D28FD**.

